

ATA DA 86ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de DEZEMBRO de 2013

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

1 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às nove  
2 horas e trinta minutos, na sala de reuniões dos Órgãos  
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, reuniram-se  
4 para a 86ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do  
5 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a  
6 Presidência do **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**  
7 **Machado**, representando a Procuradoria Geral de Justiça - **PGJ**, as  
8 Conselheiras e Conselheiros adiante indicados: **Dra. Antônia**  
9 **Simone Magalhães Oliveira**, Vice-Presidente do CEG/FDID,  
10 representando a Procuradoria Geral do Estado - **PGE**, **Dr. Felipe**  
11 **Gomes Cavalcante**, representando o Conselho de Políticas e Gestão  
12 do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**,  
13 representando a 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e  
14 Planejamento Urbano - **PJMA**; **Dra. Vanja Fontenele Pontes**,  
15 representando o Centro de Apoio Operacional de Proteção à  
16 Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e  
17 Cultural - **CAOMACE**; **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante**,  
18 representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa do  
19 Consumidor - **DECON**; **Dra. Diana da Cunha Moura**, representando a  
20 Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - **SEFAZ**; **Dra. Anny**  
21 **Soares Oliveira**, representando a Secretaria do Turismo do Estado  
22 do Ceará - **SETUR**; **Deputado Fernando Hugo**, representando a  
23 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - **AL**. Justificou  
24 ausência: a representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e  
25 Ensino Superior - **SECITECE** e a representante da Secretaria da  
26 Saúde do Estado do Ceará - **SESA**; Faltou: o representante da  
27 Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - **SECULT**. Sem  
28 representação: 2 (duas) ONG's. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**  
29 **Cavalcante Machado** - Cumprimentou a todos os presentes e  
30 verificando o quorum fez a chamada nominal dos Conselheiros,  
31 registrando as ausências justificadas por motivo de saúde das  
32 Conselheiras representantes da Secretaria da Saúde do Estado do  
33 Ceará - **SESA** e da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino  
34 Superior - **SECITECE**, como também a ausência sem justificativa do  
35 representante da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará -  
36 **SECULT**. Após a conferência do quorum com a presença de nove  
37 Conselheiros deu início a 86ª Reunião Ordinária do CEG/FDID com  
38 o primeiro item da pauta: Apresentação dos resultados da  
39 Operação "Mata Fresca" realizada no ano de 2013. Passou à  
40 palavra ao Dr. Flávio do Conselho de Políticas e Gestão do Meio  
41 Ambiente - **CONPAM**. **Dr. Flávio Antônio Oliveira Rêgo** - Falou que  
42 seriam apresentados dados da fiscalização integrada da  
43 comercialização e do uso de agrotóxicos no Ceará, denominada  
44 pelos componentes da equipe da operação de "Mata Fresca", tendo  
45 como objetivos: fiscalizar a comercialização e o armazenamento de  
46 agrotóxicos em estabelecimentos comerciais; fiscalizar o uso de  
47 agrotóxicos em propriedades rurais; fiscalizar o descarte  
48 ambientalmente adequado das embalagens vazias de agrotóxicos;

49 fiscalizar as condições de trabalho relativas às atividades de  
50 aplicação de agrotóxicos nas propriedades rurais; fiscalizar as  
51 condições de trabalho relativas às atividades de comercialização  
52 de agrotóxicos nos estabelecimentos comerciais; e fiscalizar o  
53 exercício profissional na área da agronomia. Falou também que  
54 esse trabalho foi motivado pelo Conselho Gestor do FDID, e que  
55 além dessa atividade tinham outras, como: capacitação, produção  
56 de material e estudos relacionados aos trabalhos dos  
57 agrotóxicos. Falou do número de municípios fiscalizados e do  
58 período das fiscalizações e que os municípios foram selecionados  
59 por macro região de planejamento estadual. Na Etapa I - Chapada  
60 da Ibiapaba - Período de 26/02 a 01/03/13 - 07 municípios da  
61 Região Leste Jaguaribe: Viçosa do Ceará, Tianguá, Ibiapina, Ipú,  
62 Guaraciaba do Norte, São Benedito e Ubajara; Na etapa II -  
63 Região Leste Jaguaribe - Período de 01 a 05/07/13 - 08  
64 municípios: Aracati, Icapuí, Russas, Morada Nova, Quixeré,  
65 Limoeiro do Norte, Jaguaribara, Tabuleiro do Norte; Na etapa III  
66 - Região Litoral Oeste - Período de 18 a 22/11/13 - 03  
67 municípios: Acaraú, Bela Cruz e Marco (Distrito de Irrigação do  
68 Baixo Acaraú - DIBAU). A fiscalização se deu mais  
69 concentradamente em DIBAU. Os critérios adotados para determinar  
70 os municípios fiscalizados foram o da questão de criticidade e  
71 vulnerabilidade ambiental e de saúde pública na questão de  
72 agrotóxico em relação aos parâmetros: atividade agrícola;  
73 perímetro irrigado; revendas; resíduos de agrotóxico em  
74 alimentos e água; consumo de agrotóxico; destinação de embalagem  
75 vazia; relatos e queixa da população e casos de intoxicação por  
76 agrotóxico. Esses critérios estão dentro do plano estadual de  
77 ação conjunta em agrotóxico do estado do Ceará. Esse trabalho  
78 foi executado pelo CONPAM em 2010, onde foi colocado o mapa de  
79 criticidade. As fiscalizações realizadas em 2013 aconteceram nas  
80 macro regiões e, dentro delas, nas bacias hidrográficas, onze  
81 (amarelo) estão incluídas na criticidade dos municípios em  
82 relação a utilização de agrotóxicos, e em (vermelho),  
83 vulnerabilidade. Considerando que o estado do Ceará tem 184  
84 (cento e oitenta e quatro) municípios, 146 (cento e quarenta e  
85 seis) estão em estado crítico em relação a utilização de  
86 agrotóxico, o que equivale a 80% (oitenta por cento) dos  
87 municípios. Restando 20% (vinte por cento) que estão em estado  
88 de vulnerabilidade. Apresentou os resultados por etapa: etapa I:  
89 13 comércios fiscalizados, sendo 05 (38,5%) autuados; 22  
90 propriedades rurais fiscalizadas, sendo 18 (81,8%) autuadas.  
91 Etapa II: 17 comércios fiscalizados, sendo 04 (23,53%) autuados;  
92 20 propriedades rurais fiscalizadas, sendo 19 (95%) autuadas.  
93 Etapa III: 09 comércios fiscalizados, sendo 08 (89%) autuados;  
94 propriedades rurais fiscalizadas, sendo todas autuadas. TOTAL: 1.  
95 Comércios: 39 fiscalizados, sendo 17 (44%) autuados; 2.  
96 Propriedades rurais: 63 fiscalizadas, sendo 58 (92%) autuadas.

97 Infrações Constatadas no Comércio: estabelecimentos comerciais  
98 sem registro na SEMACE; estabelecimentos comerciais com registro  
99 vencido na SEMACE; venda de agrotóxicos sem retenção de  
100 receituário agrônomo; venda de agrotóxicos com validade  
101 vencida; venda de agrotóxicos sem cadastro na SEMACE; ausência  
102 de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; empregado sem  
103 registro; ausência de exames médicos admissionais e periódicos  
104 de empregados; ausência de instalações sanitárias; depósitos  
105 inadequados para armazenamento de agrotóxicos e reutilização de  
106 embalagem secundária de agrotóxicos. Infrações constatadas nas  
107 propriedades rurais: armazenamento inadequado de agrotóxicos em  
108 uso; armazenamento inadequado de agrotóxicos vencidos; uso de  
109 produtos sem indicação para a cultura instalada; receita  
110 agrônoma prescrita para cultura inexistente; falta de  
111 documentação comprobatória da compra com nota fiscal (DANFE);  
112 falta de receituário agrônomo; Profissional sem ART para a  
113 cultura; ausência de registro do empregado; ausência de  
114 treinamento para aplicadores de agrotóxicos; reutilização de  
115 embalagens vazias de agrotóxicos; descarte inadequado de  
116 embalagens vazias de agrotóxicos; não realização da tríplice  
117 lavagem das embalagens vazias de agrotóxicos; queima e  
118 enterrio de embalagens vazias de agrotóxicos; ausência de  
119 Equipamento de Proteção Individual - EPI; uso de Equipamento de  
120 Proteção Individual - EPI danificado; armazenamento inadequado  
121 de EPI's; ausência de armários para guardar o EPI; ausência de  
122 lavanderia para lavagem de EPI; localização inadequada de  
123 depósito de agrotóxicos (menos de 30m da residência). Agradeceu  
124 ao Conselho na pessoa do Dr. Alfredo Ricardo de Holanda  
125 Cavalcante Machado e da Dra. Vanja Fontenele Pontes que está  
126 sendo chamada de "garota veneno" do agrotóxico. Apresentou os  
127 pontos positivos da operação, como sendo: maior integração entre  
128 as instituições participantes; coordenação compartilhada entre  
129 CONPAM e ADAGRI e o impacto local da ação conjunta de  
130 fiscalização. Pontos Negativos: falta de apoio integral do  
131 policiamento ambiental na operação (contingente e viatura);  
132 falta de integração da SEFAZ na operação; número de fiscais  
133 insuficientes por instituição para compor, no mínimo, duas  
134 equipes de ação; ausência de EPI e outros equipamentos para os  
135 fiscais e legislação Estadual de Agrotóxicos obsoleta. Solicitou  
136 ao Conselho ajuda para o próximo ano em algumas questões. Falou  
137 da falta de apoio do policiamento ambiental em termos de  
138 contingente de viatura, da falta de integração da SEFAZ na  
139 operação. Disse que entre os dados apresentados não estão  
140 incluídos os da SEFAZ. Informou que a coordenação da operação  
141 não teve nenhum conhecimento do que foi feito, como foi feito,  
142 embora convidados; mas não tiveram a participação da SEFAZ nessa  
143 operação. Pediu a coordenação para no próximo ano solicitar por  
144 ofício, às instituições participantes do grupo, a liberação de

145 uma quantidade maior de fiscais (quatro fiscais por instituição,  
146 policiais, EPIS para fiscais, etc). Pediu ainda o apoio do FDID  
147 para esta ação, tendo em vista o grupo ter sido criado por ele.  
148 Informou que a questão da legislação absoleta estadual de  
149 agrotóxico está sendo resolvida em parte, mas que ela ainda  
150 continha muitas lacunas e por isso nas fiscalizações em campo ou  
151 no comércio não tem como fazer determinados procedimentos porque  
152 ela é muita vaga. Solicitou ainda o apoio do Ministério Público  
153 no sentido de agilizar a minuta que está sendo já concluída da  
154 nova lei estadual de agrotóxico. Passou a palavra ao Gerente da  
155 área vegetal da ADAGRI para falar da fiscalização em termos de  
156 registro fotográfico. **Dr. Daniel Aguiar Camurça** - Cumprimentou  
157 os presentes e mostrou as fotos tiradas de alguns pontos  
158 comerciais por ocasião da fiscalização no comércio. Falou do  
159 "chumbinho" que pela lei era proibido a comercialização, e em um  
160 ponto comercial da cidade de Acaraú junto com a venda de gás  
161 butano, óleo diesel, sal, agrotóxicos, foram constatadas  
162 infiltrações nas paredes do imóvel. Falou que o agrotóxico deve  
163 ficar em depósito separado. Mostrou outro estabelecimento  
164 vendendo ração, agrotóxico e alimento humano. Mostrou outras  
165 fotos que o preocupou bastante, pois fora detectado no  
166 estabelecimento venda de cereias e de agrotóxicos. Nas  
167 propriedades rurais foram constatadas: aplicação de  
168 agrotóxicos sem o uso de EPIS, mistura de vários produtos numa  
169 mesma aplicação, receita agrônômica em bula de agrotóxico,  
170 depósito e armazenamento inadequado de agrotóxicos e de  
171 embalagens vazias, agrotóxico não registrado no Ministério da  
172 Agricultura e que não pode ser usado no Brasil, produtos fora do  
173 prazo de validade, produtos sem identificação e sem data de  
174 validade, reutilização de embalagens vazias, semente com  
175 agrotóxico acondicionada na geladeira, queima e enterrio de  
176 embalagens vazias de agrotóxico, EPIS danificados e em uso,  
177 equipamento improvisado para aplicação de agrotóxico e  
178 prescrição de receita para cultura inexistente. Informou que  
179 esse processo estava sendo encaminhado para o CREA, para  
180 aplicação das punições estabelecidas na legislação pertinente.  
181 Informou ainda que a utilização de agrotóxicos só poderá ser  
182 realizada por pessoas maiores de 18 anos e o manuseio de 18 a 60  
183 anos de idade. Mostrou também a fotografia da equipe da  
184 fiscalização conjunta e disse que achava válida a presença de  
185 todo o grupo, e que por multarem os que estavam fazendo coisas  
186 erradas recebeu ligações dizendo que a ADAGRI estava  
187 atrapalhando a agropecuária cearense. Comentou que quando o  
188 grupo era grande e contava com a presença da polícia em alguns  
189 casos, ele ficava fortalecido e mais seguro, pois de vez em  
190 quando são agredidos. Disse ser esta a apresentação e que  
191 estavam abertos a discussão. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**  
192 **Cavalcante Machado** - Informou que o Ministério Público tem

193 convênio com a ADAGRI e que qualquer coisa eles poderiam  
194 recorrer ao Ministério Público local. Indagou se algum  
195 estabelecimento estava acondicionando agrotóxicos de forma  
196 correta. **Dr. Flávio Antônio Oliveira Rêgo** - Respondeu que na  
197 região jaguaribana alguns estabelecimentos comerciais estavam  
198 acondicionando de forma correta, e que isso poderia ser visto  
199 pelos dados, pois 44%(quarenta e quatro por cento) do comércio  
200 estava legal e que isso tinha sido resultado do trabalho que foi  
201 feito. Informou que em 2009 existiam 350 (trezentos e cinquenta)  
202 estabelecimentos comerciais de agrotóxicos no Estado, e que  
203 atualmente só existiam 70 (setenta), pois muitos foram fechados  
204 porque não tinham a menor condição de funcionar, melhorando,  
205 assim significativamente o comércio **Dra. Vanja Fontenele Pontes**  
206 - Disse ter percebido que o trabalho foi exaustivo e dedicado,  
207 mas muita coisa ainda precisava ser feita porque a fiscalização  
208 constatou que existem muitas pessoas que estão fazendo tudo o  
209 que não deve ser feito. Disse ainda que o trabalho dali para  
210 frente seria árduo, talvez mais do que já tivesse sido. Que  
211 houve resistência na primeira fiscalização mata fresca. Falou  
212 que houve um esforço muito grande do grupo e que teve a  
213 participação da polícia, mas que ela ainda é insuficiente, mas  
214 mesmo assim foram vistos resultados. Disse ter recebido também  
215 e-mail de um produtor, que não queria ser identificado  
216 descrevendo exatamente o que o grupo estava fazendo e era o que  
217 tinha de ser feito, e essa pessoa estava indignada porque não  
218 estava conseguindo trabalhar. Informou que na descrição da  
219 atividade de cada fiscal ela não havia encontrado uma só  
220 arbitrariedade nem mesmo da polícia. Outra nota a ser lamentada  
221 era com relação à Secretaria da Fazenda, pois ela havia se  
222 comprometido em uma das reuniões do Conselho a falar com o  
223 Secretário da Fazenda e que fez por telefone, e não sabia o que  
224 havia acontecido, mas o mesmo comportamento havia se repetido. O  
225 Secretário da Fazenda havia dito que iria adotar providências,  
226 mas não sabia o que tinha acontecido. Falou que com eram poucos  
227 fiscais a equipe só conseguiu organizar duas equipes, e que na  
228 última fiscalização o Ministério da Agricultura não havia  
229 comparecido e não sabia se por questões burocráticas ou  
230 financeiras, mas era um parceiro importantíssimo. Informou a  
231 todos que em todas as fiscalizações o membro do Ministério  
232 Público das comarcas que foram visitadas estavam avisados e  
233 preparados, inclusive para pedir liminares se fosse necessário.  
234 E que nessa última inclusive o empenho tinha sido da Dra.  
235 Juliana Kronenberg que estava de prontidão e todos do grupo  
236 estavam com todos os contatos dos Promotores de Justiça. Disse  
237 ter uma postulação a fazer ao Conselho. Já que a Polícia Militar  
238 tinha participado na medida da condição atual do comando do  
239 Batalhão e o Coronel havia dito que não tinha condição de mandar  
240 mais gente porque ficava despovoado, os órgãos não podem mandar

241 mais fiscais e o Conselho sabe que precisa de muito mais ação do  
242 poder público, então sugeriu que o Conselho fizesse um  
243 expediente para a Secretaria da Fazenda, para a Polícia Militar  
244 e para todos os órgãos pedindo maior empenho e maior  
245 participação nas operações de 2014, porque elas devem e precisam  
246 continuar. Que os obstáculos de recursos humanos ou econômicos  
247 sejam vencidos pelos órgãos, porque o nível de criticidade do  
248 uso indevido de agrotóxico no Estado do Ceará ainda é muito  
249 grande. E deixou o seu requerimento para ser discutido. **Dr.**  
250 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Indagou dos  
251 expositores se eles haviam percebido nas fiscalizações se as  
252 pessoas, os proprietários dos estabelecimentos tinham boa  
253 vontade de passar a utilizar e acondicionar de forma correta os  
254 agrotóxicos ou se eles não faziam isso por falta de  
255 conhecimento. **Dr. Daniel Aguiar Camurça** - Respondeu que no campo  
256 99% (noventa e nove por cento) não faz porque não sabe. Tinha  
257 outro grupo que sabe que é errado, mas faz. Mas a maioria não  
258 faz por maldade, mas sim por falta de assistência, pois não sabe  
259 que agrotóxico faz mal. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**  
260 **Cavalcante Machado** - Falou que a Dra. Vanja havia trazido esse  
261 dado e que eles tiveram a ideia de buscar um convênio, e foi  
262 pensada na estrutura da Secretaria da Saúde através dos agentes  
263 de saúde. Indagou se a EMATERCE tinha esses agentes. **Dr. Flávio**  
264 **Antônio Oliveira Rêgo** - Disse que a EMATERCE infelizmente não,  
265 mas o Instituto Agropolos tinha um quadro altamente capacitado  
266 de assistência técnica do Estado na área de capacitação dos  
267 agentes de saúde. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**  
268 **Machado** - Falou da necessidade de capacitar os agentes de saúde  
269 para que estes possam levar a pedagogia da correta utilização e  
270 acondicionamento dos agrotóxicos. Apresentou o Dr. Emmanuel  
271 Girão, Promotor de Justiça, Assessor Institucional da  
272 Procuradoria e pediu a ele que começasse a estudar um convênio a  
273 ser celebrado com o Ministério Público FDID, a Secretaria de  
274 Saúde do Estado do Ceará e o Instituto Agropolos. Que seriam  
275 dois convênios com objetivos diferentes, mas interligados. A  
276 proposta é que a Secretaria da Saúde colocasse a estrutura dos  
277 agentes de saúde à disposição desse esforço educativo. Disse que  
278 o objetivo era esse e que ficava ali comunicado, e que a Dra.  
279 Vanja era a pessoa que estava coordenando a comissão, e até  
280 meados de janeiro tudo já teria de estar concretizado para  
281 iniciar o ano. **Dr. Flávio Antônio Oliveira Rêgo** - Falou que o  
282 grande problema enfrentado pelos órgãos enquanto Estado, pois  
283 trabalhava com o pessoal do Ministério e também Estadual, era a  
284 questão da logística em campo, mais precisamente com o valor da  
285 diária, pois a que o Estado pagava são ínfimos R\$ 70,00 (setenta  
286 reais). Quis saber como o Conselho poderia ajudar nessas  
287 fiscalizações com relação as despesas. Pensou em apresentar um  
288 projeto ao FDID. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Disse que o Dr.

289 Flávio estava apresentando outra proposta e que concordava, mas  
290 que a proposta dela era o encaminhamento de expediente de alerta  
291 de participação para todos os órgãos que fazem parte dessa  
292 fiscalização integrada, no sentido de que seja colocada à  
293 disposição dessa fiscalização mais gente, mais viaturas, como  
294 também diárias. Disse que deveria ser visto como seria  
295 apresentado esse projeto nos editais do FDID, pois achava que  
296 poderia resolver o problema de diária em definitivo. Alertou que  
297 era preciso haver um empenho pessoal de cada gestor, pois não  
298 era possível que os gestores não conseguiram entender o caráter  
299 benéfico e urgente de uma questão como essa, e não poderiam  
300 retirar da sua estrutura: pessoal, equipamentos e viaturas  
301 suficientes para conclusão, e se chegar a um bom termo nessa  
302 impreitada. **Deputado Fernando Hugo** - Falou que estava ali  
303 ciente e perplexo, pois o Conselho já havia conversado bastante  
304 sobre essa operação e sobre o entusiasmo do grupo, e ele que era  
305 médico e fez uma parte da medicina clínica centrada na área de  
306 hematologia. Sabia desde a época da sua formatura que as coisas  
307 ligadas a agrotóxicidade eram tidas como uma venda que se faz  
308 sem controle. Mas independentemente dessa visão do ato  
309 condenatório da SEFAZ não ter um controle absoluto do que entra  
310 no Estado, o que era produzido e da forma como era vendida,  
311 estava assustado como estava sendo usado isso no século XXI no  
312 Estado do Ceará, no país chamado Brasil, que queria ser de 1º  
313 mundo. Falou ainda que a imensa quantidade de doenças advindas  
314 do uso de agrotóxicos, principalmente na área das doenças  
315 neoplásicas, sejam de tumores, de mieloproliferativas advindas  
316 de cânceres da medula óssea, seja na parte dos linfomas, das más  
317 formações congênitas, e que todos não pensassem que essa colheita  
318 do mal já não estava sendo feita no Estado do Ceará de trinta  
319 anos para cá. Sugeriu que buscassem os dados de pesquisas e que  
320 todos iriam ficar estupefados com as doenças leucêmicas, doenças  
321 mieloproliferativas e com a enorme quantidade de neonatos com  
322 doenças adquiridas durante o processo de gestação. Que a  
323 resposta era essa. Falou ainda que foram mostradas na reunião 3  
324 (três) regiões do Estado do Ceará, mas se forem no comércio  
325 perto da praça do Ferreira existem bambonas de agrotóxicos  
326 sendo vendidas a quem chegar e botar preço. De igual forma na  
327 Rua Clarindo de Queiroz são compradas bambonas para serem  
328 levadas para o interior para serem utilizados como minissilos de  
329 feijão, arroz e farinha. Disse ser extremamente grave para o  
330 nosso Estado. Acredita que o Governador do Estado não tem  
331 ciência da enorme quantidade de absurdos que está relacionada  
332 com a venda, armazenamento e comercialização. Disse que seria de  
333 bom alvitre que afora se mandar esse documento ao Secretário de  
334 Agricultura e Desenvolvimento Agrário, que fosse enviado também  
335 ao Governador do Estado. Disse que a "Mata Fresca" foi o mais  
336 importante e destemido dos atos parcerizados pelo FDID desde que

337 ele estava no Conselho. Disse ainda que nunca viu se colher  
338 coisas tão proveitosas para a sociedade, sem desmérito nenhum  
339 aos outros projetos que ele aprovou no Conselho. Falou também  
340 que estava encantado com o trabalho e apavorado com o que fora  
341 apresentado. Sugeriu que o Dr. Ricardo Machado encaminhasse um  
342 documento para o Governador Cid para ele saber aonde anda a  
343 anti-segurança de saúde que se faz no Estado do Ceará.  
344 Parabenizou o trabalho do grupo. Concordou com a ideia de se  
345 postar os recursos do FDID à disposição de diárias e de aparato  
346 geral, pois com os recursos que estão em caixa, poderiam ser  
347 retirados dele, não todo, pois assim o Conselho seria de ações  
348 unilaterais e unipessoais centradas nisso aí, mas poderia ser  
349 tirado dali sem nenhum dolo ao Conselho porque o trabalho era  
350 extremamente grande. Falou à Dra. Vanja que estava faltando  
351 divulgação, e de posse desse documento ocupar um espaço na  
352 televisão, como também poder-se-ia fazer uma divulgação em rádio  
353 e a partir daí que o órgão maior, que o Executivo cearense  
354 tivesse a responsabilidade que não estava tendo na polícia, na  
355 vigilância sanitária e em outras parcerias. **Dr. Daniel Aguiar**  
356 **Camurça** - Pediu ajuda do Deputado na aprovação do Monitoramento  
357 de Projetos Prioritários do Governo do Estado - MAP, pois fez  
358 três MAPS pela ADAGRI solicitando recursos para agrotóxicos. Mas  
359 como a ADAGRI só tem direito a um MAP, este vai sempre para a  
360 aftosa, que é o carro chefe da empresa. Disse que já estava com  
361 o MAP pronto para aprovação do governador e acreditava que ele  
362 ainda não tinha conhecimento desses dados, mas que quando ele  
363 soubesse aprovaria o MAP do agrotóxico. **Deputado Fernando Hugo** -  
364 Pediu à Dra. Vanja e ao Dr. Ricardo Machado que encaminhassem o  
365 documento apresentado ao Governador do Estado porque é chocante,  
366 pois achava que ele iria ficar pasmo em saber que no estado do  
367 Ceará os dados apresentados são verdadeiros. **Dr. Daniel Aguiar**  
368 **Camurça** - Informou a respeito do conhecimento aonde está sendo  
369 aplicado o agrotóxico, falou sobre um programa utilizado pelo  
370 Estado do Paraná e que foi trazido gratuitamente para o estado  
371 do Ceará e a ADAGRI em parceria com a SEMACE, CONPAM e CREA  
372 estavam montando um novo sistema de monitoramento onde saberão  
373 identificar o local e que tipo de agrotóxico está sendo  
374 aplicado. Acreditava que dentro de quatro a cinco meses esse  
375 sistema estará sendo utilizado no estado do Ceará. **Dra. Diana da**  
376 **Cunha Moura** - Falou que como representante da Secretaria da  
377 Fazenda estava muito magoada com o que viu e estava pensando  
378 como é que todos vão continuar a almoçar e a jantar. Falou  
379 também que era assustador e que se o Conselho não tivesse feito  
380 nada o ano inteiro a resolução de formar o grupo de agrotóxico  
381 foi o melhor feito do ano. Parabenizou a equipe e disse ter  
382 ficado muito chateada como representante da Secretaria da  
383 Fazenda e como fiscal sobre a atuação da mesma. Já havia falado  
384 com a Dra. Vanja para marcar uma reunião com o Secretário da



385 Fazenda, com o coordenador da área de fiscalização para saber o  
386 que estava ocorrendo, pois sabia que alguns fiscais foram, mas  
387 não sabe como aconteceu a fiscalização, se foram lavrados autos  
388 de infração. Informou que o que passou por ela como assessoria  
389 jurídica foi o fornecimento do nome de todas as empresas que  
390 estavam atuando naquela região. Disse não saber do resultado das  
391 fiscalizações e achava extremamente necessário o envio de ofício  
392 ao Secretário da Fazenda dizendo o que não aconteceu e o que era  
393 necessário ter ocorrido para adoção de providências. **Dra. Ann**  
394 **Celly Sampaio Cavalcante** - Informou da assinatura de Termo de  
395 Ajustamento de Conduta com a ACESU - Associação Cearense de  
396 Supermercado, que ficou responsável pelo pagamento dos exames  
397 dos produtos porque a ANVISA não tem dinheiro para pagar esses  
398 exames. O DECON fez o recolhimento de produtos para cabelo e foi  
399 mandado ao Laboratório Central para exame, e como ele não tinha  
400 o reagente ela havia comprado. Falou que a situação era  
401 gravíssima e que o Governador do Estado precisava saber disso,  
402 pois achava absurdo o Laboratório Central e a ANVISA não ter  
403 como fazer análise desses produtos e precisarem da ACESU para  
404 fazer a rastreabilidade de produtos. **Dr. Alfredo Ricardo de**  
405 **Holanda Cavalcante Machado** - Informou que está sendo marcada uma  
406 reunião com o Secretário da Fazenda, no sentido da integração, e  
407 estarão presentes ele, Dra. Vanja e quem mais pudesse. **Deputado**  
408 **Fernando Hugo** - Sugeriu ao Dr. Ricardo Machado fazer uma reunião  
409 na Procuradoria Geral de Justiça com o Secretário da Saúde, do  
410 Desenvolvimento Agrário, Instituto Agropolos, Secretário da  
411 Fazenda, Comandante do Batalhão de Polícia junto com a Dra.  
412 Vanja, Dra. Ann Celly para mostrar a eles qual era a situação.  
413 **Dra. Diana da Cunha Moura** - Sugeriu levar essa apresentação para  
414 a Assembleia Legislativa. **Deputado Fernando Hugo** - Essa reunião  
415 seria para levar aos Secretários o que estava acontecendo. **Dr.**  
416 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Disse que era  
417 para apresentar a situação e o que compete a cada um. O intuito  
418 era convidá-los para uma reunião na PGJ. **Deputado Fernando Hugo**  
419 - Concordou com o Dr. Ricardo e disse que não levará esse  
420 assunto à Assembleia porque esta estava sem agenda. Disse ser um  
421 assunto de tal magnitude que merece ser feita uma audiência  
422 pública de vulto ou até um debate, um seminário dos muitos que  
423 existiram. Disse ainda, que nunca tinha visto uma coleta de  
424 dados e um serviço tão percuciente que até a imagem choca. **Dr.**  
425 **Flávio Antônio Oliveira Rêgo** - Solicitou que essa reunião fosse  
426 realizada ainda esse ano porque a próxima fiscalização do Grupo  
427 de Agrotóxico seria em março do próximo ano. **Dr. Alfredo Ricardo**  
428 **de Holanda Cavalcante Machado** - Falou que o documento a ser  
429 encaminhado ao governador será preparado pelo Dr. Emanuel e ele  
430 veria quais os elementos que deveriam acompanhá-lo. Passou para  
431 o segundo ponto da pauta - Deliberação sobre as atas das  
432 reuniões 83ª e 84ª ordinárias do CEG/FDID. Pediu à Dra. Simone

433 Magalhães Oliveira, substituta legal, para assumir a presidência  
434 dos Trabalhos, pois iria se retirar. **Deputado Fernando Hugo** -  
435 Solicitou a permanência do Dr. Alfredo Ricardo de Holanda  
436 Cavalcante Machado, pois a pauta seria invertida passando ao  
437 quarto ponto. **Dra. Simone Magalhães Oliveira** - Inverteu a pauta  
438 passando ao ponto quatro - Deliberação sobre as solicitações da  
439 Procuradoria Geral de Justiça, referentes a prorrogação do prazo  
440 de execução dos projetos de 2012 e 2013. Passou a palavra à Dra.  
441 Ann Celly para as devidas considerações. **Dra. Anny Celly Sampaio**  
442 **Cavalcante** - Solicitou as prorrogações dos prazos justificando  
443 que a Procuradoria Geral de Justiça não havia terminado os  
444 procedimentos licitatórios, pois além dos entraves legais o  
445 processo licitatório era extremamente lento, por isso que estava  
446 cobrando celeridade nesses procedimentos e por isso não foi  
447 prestado contas de 2012. Disse ser necessária essas  
448 prorrogações, pois várias licitações foram desertas e por essa  
449 razão foram feitos novos cronogramas de execução e solicitado  
450 prorrogação de prazos. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**  
451 **Machado** - Falou que não estava querendo justificar, mas pontuou  
452 que era de oitenta e sete dias o prazo médio que tramitava os  
453 procedimentos licitatórios a partir do momento que ingressava na  
454 comissão de licitação. Disse que esse ano o prazo caiu para  
455 sessenta e três dias havendo avanço. Informou que a Dra. Sheila,  
456 através do NUGEP - Núcleo de Gerenciamento de Projetos, estava  
457 fazendo um ajuste nos procedimentos administrativos e nas  
458 rotinas do Ministério Público e as novas rotinas já estavam  
459 sendo implementadas porque essa deficiência foi detectada e já  
460 foram tomadas medidas de remanejamento de novos servidores do  
461 setor. Quanto às outras questões ditas como entraves legais,  
462 disse que são normas jurídicas que a administração deve seguir  
463 obrigatoriamente. Mas as providências já haviam sido tomadas,  
464 mas que ainda não estavam num nível ideal, e que a proposta era  
465 essa. Disse que ainda não tem um setor de licitação que  
466 acompanhe a agilidade dessas demandas. **Dra. Ann Celly Sampaio**  
467 **Cavalcante** - Disse que a prorrogação de prazos era para os  
468 projetos de 2012 e 2013, e que o projeto de 2012 não conseguiu  
469 finalizar ainda para prestar contas. **Dr. Alfredo Ricardo de**  
470 **Holanda Cavalcante Machado** - Solicitou à Dra. Ann Celly para que  
471 fossem pontuados os entraves da não finalização, para que ele  
472 pudesse tomar as providências imediatas. **Dra. Ann Celly Sampaio**  
473 **Cavalcante** - Falou que o DECON é um grande arrecadador do FDID e  
474 que estava finalizando o período de dois anos como Secretária  
475 Executiva, e não seria reconduzida, estava pedindo mais condição  
476 de trabalho porque era muito difícil trabalhar num órgão que tem  
477 quatro fiscais para o Estado inteiro e que por isso não tinha  
478 condição de fazer uma fiscalização a contento. **Dr. Alfredo**  
479 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Informou que o DECON dos  
480 órgãos e setores do Ministério Público foi o que mais cresceu

481 nesses dois anos. O DECON conseguiu a nível nacional dados  
482 apurados pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da  
483 Justiça, 98% (noventa e oito por cento) de resolutividade,  
484 quando a média nacional foi de 63% (sessenta e três por cento).  
485 A rigor o DECON ressurgiu, adquiriu vigor, a orçatura do  
486 Ministério Público foi revigorado nesses dois anos com  
487 intensidade nunca vista, e que era essa realidade. Disse que  
488 iria tomar as providências imediatas. **Dra. Simone Magalhães**  
489 **Oliveira** - Colocou a matéria em discussão, para manifestação das  
490 solicitações da PGJ. Não havendo manifestação colocou em  
491 votação. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Aprovou. **Dr. José**  
492 **Francisco de Oliveira Filho** - Aprovou. **Dra. Vanja Fontenele**  
493 **Pontes** - Aprovou. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Aprovou. **Dra. Anny**  
494 **Soares Oliveira** - Aprovou. **Deputado Fernando Hugo** - Aprovou.  
495 **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** - Aprovou. **Dra. Simone**  
496 **Magalhães Oliveira** - Prosseguiu com o segundo ponto -  
497 Deliberação sobre as atas da 83ª e 84ª reuniões ordinárias do  
498 CEG/FDID. Colocou a matéria em discussão. Não havendo  
499 manifestação colocou a matéria em votação. **Dr. Felipe Gomes**  
500 **Cavalcante** - Aprovou. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** -  
501 Aprovou. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Aprovou. **Dra. Diana da**  
502 **Cunha Moura** - Aprovou. **Dra. Anny Soares Oliveira** - Aprovou.  
503 **Deputado Fernando Hugo** - Aprovou. **Dra. Ann Celly Sampaio**  
504 **Cavalcante** - Aprovou. **Dra. Simone Magalhães Oliveira** -  
505 Prosseguiu com o terceiro ponto da pauta - Apresentação dos  
506 demonstrativos dos valores recolhidos ao FDID, referentes aos  
507 meses de outubro e novembro de 2013. Solicitou à Dra. Diana,  
508 representante da SEFAZ, que conferisse os valores. **Dra. Diana da**  
509 **Cunha Moura** - Disse que fez os cálculos e estavam corretos. **Dra.**  
510 **Simone Magalhães Oliveira** - Colocou a matéria em discussão. Não  
511 havendo manifestação colocou a matéria em votação. **Dr. Felipe**  
512 **Gomes Cavalcante** - Aprovou. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**  
513 - Aprovou. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Aprovou. **Dra. Diana da**  
514 **Cunha Moura** - Aprovou. **Dra. Anny Soares Oliveira** - Aprovou.  
515 **Deputado Fernando Hugo** - Aprovou. **Dra. Ann Celly Sampaio**  
516 **Cavalcante** - Aprovou. **Dra. Simone Magalhães Oliveira** - Passou ao  
517 quinto ponto da pauta - Deliberação sobre a documentação  
518 apresentada pela Fundação Social Raimundo Fagner, com vista a  
519 inscrição para compor o Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos  
520 Direitos Difusos do Estado do Ceará. Indagou se todos haviam  
521 recebido o material: edital de inscrição, Resolução nº 28/10,  
522 que define critérios para indicação e a documentação exigida.  
523 Apresentou o relatório da Dra. Rimena Alves Praciano que fez a  
524 análise da documentação e do pedido de inscrição. Colocou a  
525 matéria em discussão. Após discussão colocou a matéria em  
526 votação. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Aprovou. **Dr. José**  
527 **Francisco de Oliveira Filho** - Aprovou. **Dra. Vanja Fontenele**  
528 **Pontes** - Aprovou. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Aprovou. **Dra. Anny**

529 **Soares Oliveira** - Aprovou. **Deputado Fernando Hugo** - Absteve-se.  
530 **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** - Aprovou. **Dra. Simone**  
531 **Magalhães Oliveira** - Informou que a pauta estava vencida e, que  
532 no ponto assuntos gerais, informou que as prestações de contas  
533 finais dos projetos Certificação Praia Limpa e Manejo  
534 Sustentável da Produção Agropecuária do Conselho de Políticas e  
535 Gestão do Meio Ambiente - CONPAM, ainda não tinham sido  
536 encaminhadas. Falou que o Conselho na reunião passada deliberou  
537 sobre a não prorrogação do prazo para a entrega das prestações  
538 de contas determinando o encaminhamento imediato das mesmas. O  
539 CONPAM foi oficiado, mas até agora não foram encaminhadas as  
540 prestações de contas. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Disse ter  
541 sido oficiado e pressionado por ele e pelo que poderam verificar  
542 até agora a solicitação não foi atendida. **Dra. Simone Magalhães**  
543 **Oliveira** - Facultou a palavra aos Conselheiros. **Dr. Felipe Gomes**  
544 **Cavalcante** - Informou que antes de vir a essa reunião do  
545 Colegiado disse ter ido até a coordenação responsável pela  
546 execução desses projetos e foi informado que amanhã a  
547 documentação estaria sendo entregue aqui. **Dra. Simone Magalhães**  
548 **Oliveira** - Falou que era preciso ser visto quais as sanções que  
549 poderiam ser aplicadas de acordo com o regimento. **Dra. Vanja**  
550 **Fontenele Pontes** - Desejou a todos um Natal e Ano Novo  
551 maravilhoso. **Deputado Fernando Hugo** - Pediu à **Dra. Simone** que  
552 sem nenhum ranço, rancor e ódio, muito pelo contrário, o CONPAM  
553 hoje desempenha um papel sócio- administrativo dentro da vida  
554 pública cearense enorme, mas achava que isso era um desrespeito  
555 ao FDID, pois achava que tudo o que fosse possível ser imputado  
556 de penas e que estejam no estribo que puderem pisar deve ser  
557 feito porque mostra como se o FDID fosse uma casa de Mãe Joana  
558 que chega, leva e não faz prestação de conta. Que a opinião dele  
559 era essa, e que não conhecia aprofundadamente que tipo de  
560 penalidade poderia ser imposta, mas o CONPAM mostrou-se  
561 desrespeitoso uma vez e foi dado mais prazo e já agora o próprio  
562 **Dr. Felipe** mostra que não está satisfeito e não recebeu no  
563 próprio órgão respeito que ele como representante do FDID,  
564 deveria ter. **Dra. Simone Magalhães Oliveira** - Falou que o  
565 Conselho havia pensado em marcar naquela ocasião uma reunião  
566 extraordinária e foi visto dar um prazo maior para eles trazerem  
567 para esta reunião, mas mesmo assim com esse prazo, nada foi  
568 apresentado. **Dra. Diana da Cunha Moura** - disse estar pensando  
569 como o Conselho faria na questão das sanções, das penalidades.  
570 Acreditava que seria prudente que fosse feita pela Secretaria do  
571 FDID, que fosse consultada a nossa legislação e que a partir daí  
572 o Conselho resolvesse o que seria feito para adoção de medidas  
573 porque realmente o Conselho não pode se calar em frente ao  
574 silêncio do CONPAM, e, principalmente, por ser um órgão público.  
575 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Informou que iria mandar  
576 para todos os Conselheiros, por e-mail, cópia dos TDCOs para

577 ciência e averiguação das penalidades. **Dr. Felipe Gomes**  
578 **Cavalcante** - Falou que chegando ao CONPAM iria falar com o  
579 Presidente da mesma forma que havia feito anteriormente. **Dra.**  
580 **Simone Magalhães Oliveira** - Perguntou se mais algum Conselheiro  
581 queria fazer uso da palavra. **Dr. José Francisco de Oliveira**  
582 **Filho** - Informou que por conta de uma provocação da Câmara  
583 Municipal de Fortaleza estão fazendo uma apuração na Promotoria  
584 do Meio Ambiente sobre a contaminação dos aquíferos. Disse que  
585 estava chocado com o que constava no relatório que chegou até a  
586 ele da contaminação dos aquíferos. Disse ainda que os elementos  
587 químicos detectados têm percentual altíssimo de contaminação e  
588 que iria *scanear* o relatório e trazer para o Conselho. Que a  
589 contaminação era mais séria do que se imaginava e era a vida  
590 humana que estava em risco. **Deputado Fernando Hugo** - Disse que  
591 queria acostar ao seu passar que havia iniciado na solicitação  
592 do Procurador-Geral trazer para dentro do Ministério Público os  
593 Secretários, não como um chamamento imperativo ou algo  
594 extremamente didatorial, mas porque era muito diferente do que  
595 chamar individualmente um Secretário. Grupalizar o assunto,  
596 chamar a SEFAZ, a Secretaria da Saúde e a vinha o Instituto  
597 Agropolos com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, sem  
598 deixar de chamar a Polícia Militar, porque o Batalhão Ecológico  
599 é para dar cobertura e examinar isso. Sem dúvida o assunto é  
600 imensamente grave e era preciso que todos tivessem em mente uma  
601 coisa: foi a mais brilhante ação do FDID com respeito aos  
602 demais, sem desmerecer outros assuntos. Falou que esse ato da  
603 Mata Fresca deve ser cultivado por todos e posto em prática  
604 diariamente. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Falou que pela  
605 própria composição desse colegiado, apesar de ele vir com total  
606 satisfação é formado por representantes de cada instituição que  
607 está aqui. Era para estar aqui o Presidente do CONPAM, o  
608 Secretário de Cultura, do jeito que rege a legislação do FDID, e  
609 que a capacidade operacional seria maior porque estavam com os  
610 gestores. Sugeriu que a partir do próximo ano os gestores venham  
611 a desempenhar a relevância desse Conselho. **Maria Ivonete Batista**  
612 **Albuquerque** - Falou que o convite vai endereçado ao gestor. **Dr.**  
613 **Felipe Gomes Cavalcante** - Falou que talvez um contato direto do  
614 Procurador-Geral ganhasse uma força e uma divulgação da  
615 importância desse Conselho. **Deputado Fernando Hugo** - Indagou se  
616 os Secretários teriam essa visão presencial e indispensável que  
617 o próprio Dr. Felipe cobrou aqui. **Dr. José Francisco de Oliveira**  
618 **Filho** - Falou que se os membros do Conselho não puderem como  
619 titulares comparecer deveriam outorgar plenos poderes para que  
620 os representantes decidissem o que fosse acertado nas reuniões  
621 do Conselho. Disse: "aqui o representante decide, mas ainda  
622 precisa que o titular concorde ou não". Pediu que isso revisto  
623 quando da alteração da legislação do FDID. **Dra. Antônia Simone**

ATA DA 86ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de DEZEMBRO de 2013

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

624 **Magalhães Oliveira** - Encerrou a sessão agradecendo a presença  
625 dos Conselheiros.

626

627

628

629

**Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado**

630

Presidente do CEG/FDID

631

632

**Antônia Simone Magalhães Oliveira**

Conselheira - PGE

**Felipe Gomes Cavalcante**

Conselheiro - CONPAM

**José Francisco de Oliveira Filho**

Conselheiro - PJMA

**Vanja Fontenele Pontes**

Conselheira - CAOMACE

**Ann Celly Sampaio Cavalcante**

Conselheira - DECON

**Diana da Cunha Moura**

Conselheira - SEFAZ

**Anny Soares Oliveira**

Conselheira - SETUR

**Fernando Hugo**

Conselheiro - AL